JUSTIÇA FEDERAL EM PERNAMBUCO.

MEMÓRIA ORAL.

JUSTIÇA FEDERAL POR ELA MESMA !

PLANO DE AÇÃO

Fundamento cientifico.

A história oral é uma metodologia de pesquisa que consiste em realizar entrevistas gravadas com pessoas que podem testemunhar sobre acontecimentos, conjunturas, instituições, modos de vida ou outros aspectos da história contemporânea. Começou a ser utilizada nos anos 1950, após a invenção do gravador, nos Estados Unidos, na Europa e no México, e desde então difundiu-se bastante. Ganhou também cada vez mais adeptos, ampliando-se o intercâmbio entre os que a praticam: historiadores, antropólogos, cientistas políticos, sociólogos, pedagogos, teóricos da literatura, psicólogos e outros.

A Memória Institucional necessita de um trabalho de resgate, organização e disponibilização, sendo fundamental ser pensada de forma sistêmica como garantia de caráter histórico, probatório ou de patrimônio documental. Visa desenvolver trabalhos de valorização da memória, apresentar os principais fatos da trajetória da Instituição. É um programa permanente, cujo intuito é a construção e reconstrução contínua da memória da Instituição.

Segundo DAVENPORT & PRUSAK (1999), o conhecimento de uma organização pode ser classificado em tácito: algo difícil de ser formalizado e comunicado aos outros, em que se inserem as experiências de vida dos membros de uma organização, e explícito: formal e sistemático, fácil de ser transmitido aos demais, todo o conhecimento registrado em atos oficiais, normativos e publicações. Afirmam, ainda, que o poder do conhecimento provém de valores e crenças, tanto quanto da informação e da lógica, confirmando, assim, a importância dos princípios norteadores da Gestão do Conhecimento para o aprimoramento institucional.

O Plano de implementação prevê as seguintes ações:

1. Recolher informações diretamente dos agentes da história institucional, por períodos correspondentes a suas atuações, inclusive com destaque de casos ou situações mais importantes para a sociedade ou para a instituição.

2. Conhecer e registrar as mais diversas opiniões dos citados agentes, em relação a instituição.

3.Conhecer as motivações de suas escolhas, ao participarem da vida da instituição.

4. Colher informações pessoais dos agentes da história da instituição, conforme sua disposição em relaciona-las com a sua atuação.

5. De certa forma contribuir para a humanização e interação do agente com os demais membros.

6. Disponibilizar o material produzido a todos os que se interessem sejam público interno ou externo.

Política de Organização:

1- Fazer o levantamento dos juízes que estão disponíveis a colaborarem com o projeto.

1.1 . Os entrevistados deverão ser escolhidos, entre os que estiveram em atuação nos diversos períodos, sendo um por cada década de existência da JFPE.

2- Elaborar questionário de perguntas previas a serem tratadas pelos entrevistados.

3- Elaborar lista dos servidores que estejam atuando ou não e se disponham a contarem suas experiências da vida profissional junto a JFPE.

4. Definir profissionalmente, entrevistador, local, condições físicas de som, luz etc... para a realização da entrevista..

CONCLUSÃO:

O presente trabalho, vem de encontro ao momento atual, onde todas as instituições, evidentemente com suas especificidades, buscam resgatar e preservarem suas memórias, até mesmo com estimulo e recomendação dos órgãos superiores, como é o caso da Justiça Brasileira.

Recife, 03 de agosto de 2017

Maria de Lourdes C. B. de Oliveira

Supervisora da Biblioteca/Membro da Comissão de Memória

JUSTIÇA FEDERAL EM PERNAMBUCO.

MEMÓRIA ORAL.

JUSTIÇA FEDERAL POR ELA MESMA !

QUESTIONÁRIO

ORIGEM / FAMÍLIA

1) Por favor, o seu nome completo e o de seus pais?

2) Quando e qual a sua cidade de nascimento?

3) Como foi a sua infância? Pode falar um pouco sobre sua cidade natal?

4) Quer falar algo sobre os seus pais? E sua família hoje?

VIDA ESCOLAR

5) Como foi sua vida escolar? A sua primeira escola, sua professora. Algum fato importante a destacar?

6) Objetivando desmistificar a figura do magistrado, gostaria que descrevesse um pouco como foi seu desempenho como estudante.

7) O que motivou sua escolha pelo curso de Direito? Alguma influência familiar ou de amigos? Existiu algum episódio que favoreceu a escolha?

VIDA PROFISSIONAL

8) Gostaria que contasse um pouco sobre sua trajetória profissional até chegar ao TRF 5ª Região?

9) Fernando Pessoa diz: “...Deus quer, o Homem sonha e a Obra nasce...”

Em relação às aspirações criadas ao ser empossado(a) no Tribunal Regional Federal da 5ª Região, poderia citar alguma que se tornou realidade?

Teve alguma aspiração quando chegou aqui, o que gostaria de realizar, alguma coisa que pudesse ser dito?

VISÃO TEMÁTICA

10) Pediria falar um pouco como está sendo e como foi sua atuação como Magistrado. Pequenos detalhes que marcaram, que deveriam ficar para a História da Instituição.

11) Que importância política e social a Senhora atribui à criação da JFPE, há quase vinte anos?

12) Durante sua atuação, poderia citar alguns julgados que considera mais relevantes para o Tribunal e/ou para a Sociedade? E quais desses poderiam estar num Espaço Memória do TRF 5ª Região com o objetivo de servir a pesquisas de estudantes, acadêmicos e público em geral?

13) Pela sua experiência, gostaria que dissesse se é possível ao magistrado ser sempre imparcial diante da influência da opinião pública, dos movimentos sociais e dos outros Poderes? Pode falar um pouco sobre o tema?

14) Diante da condição de Magistrada, alguma vez já proferiu decisão contrária ao seu sentimento pessoal de Justiça?

15) Durante sua trajetória na JFPE, lembra-se de algum fato marcante envolvendo a relação da atuação da OAB, do Ministério Público Federal, da Defensoria Pública Federal ou de algum outro órgão que mereça um destaque especial?

16) Como avalia a fiscalização exercida pela Ordem dos Advogados do Brasil em face da conduta ética de seus filiados?

17) E as recentes operações da Polícia Federal e sua ampla divulgação na mídia?

18) A jurisprudência da JFPE pode ser considerada pioneira, em nível nacional? Por favor, lembra-se em que área?

19) Pela sua experiência, a jurisprudência do Tribunal é mais favorável à União ou mais benéfica aos direitos das partes, na qualidade de contribuinte e/ou beneficiado?

20) Poderia opinar sobre esta metodologia da História Oral que hoje estamos utilizando para constituir fontes históricas, consolidar a memória institucional e contribuir no processo de formação da cidadania, ao disponibilizar essa informação organizada à Sociedade?

21) Acredita que a metodologia da História Oral poderá tornar-se uma prática exeqüível em prol do engrandecimento da Instituição?

22) Para finalizar, gostaria de expressar alguma declaração, numa perspectiva histórica, falar um pouco sobre a Justiça Social aplicada neste foro que não foi ainda abordada?

**>>- Pesquisar sobre HISTÓRIA ORAL -<<**

**- Artigos**

<http://cpdoc.fgv.br/producao_intelectual/arq/1505.pdf>

<http://e-revista.unioeste.br/index.php/temposhistoricos/article/viewFile/9877/7195>

**- Manual de História Oral**

<https://books.google.com.br/books?id=vUFTgxC7GXcC&printsec=frontcover&hl=pt-BR#v=onepage&q&f=false>

**- Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil** <http://cpdoc.fgv.br/acervo/historiaoral>

**- Associação Brasileira de História Oral**

<http://www.historiaoral.org.br/>

**- Revista História Oral**

<http://revista.historiaoral.org.br/index.php?journal=rho&page=issue&op=archive>